



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete: Des. Sílvio de Arruda Beltrão  
1º Grupo de Câmaras Cíveis

Ação Rescisória: 80141-0 - Comarca: Recife ✓

Autor: Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandista, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de Pernambuco.

Réu: Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandista, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos de Caruaru.

Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

5456.  
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE ESTATUTO DE SINDICATO. APELAÇÃO CÍVEL. IMPROCEDÊNCIA. AÇÃO RESCISÓRIA TEMPESTIVA. REGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO DO AUTOR COMPROVADA. SENTENÇA INALTERADA COM BASE NOS ELEMENTOS DA AÇÃO. REAPRECIÇÃO DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DO INCISO V DO ARTIGO 485 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO A LITERAL DIPOSITIVO DE LEI. AÇÃO RESCISÓRIA. ALEGAÇÃO DE VÍCIOS. AUSÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO.

- Na ação que visa rescindir acórdão, é imprescindível a comprovação da existência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 485 do CPC, o que não se configurou na demanda em apreço;
- Não podem ser reapreciadas as provas por mera insatisfação do autor, pois a ação rescisória não tem esse fim, e sim a modificar um julgado que tenha sido proferido em confronto ao disposto no artigo 485 do CPC;
- A alegada violação a dispositivo de lei não pode prosperar, diante da falta de comprovação, além do STF já ter se posicionado sobre a matéria, analisando o dispositivo legal apontado como desrespeitado;
- Ação rescisória improvida, por unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Ação Rescisória de nº 80141-0, que tem como autor o Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandista, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de Pernambuco e réu o Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandista, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos de Caruaru.

Acordam os Desembargadores componentes do 1º Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça de Pernambuco, sem discrepância de votos, **EM REJEITAR** as preliminares de intempestividade e irregularidade de representação do autor, e, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO** a presente ação rescisória, mantendo inalterado o acórdão proferido na Apelação Cível de nº 8745-6,

e, em consequência, condenar a parte vencida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, bem como ordenar a liberação do depósito recursal em favor da parte ré, na conformidade do relatório e voto anexo que passam a integrar o julgado.

Recife, 09/12/2009

  
Des. Sílvia de Arruda Beltrão  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão**  
**1º Grupo de Câmaras Cíveis**

203  
261 MP

**Ação Rescisória: 80141-0 - Comarca: Recife**

**Autor: Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandista, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de Pernambuco.**

**Réu: Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandista, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos de Caruaru.**

**Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão**

**RELATÓRIO**

Insurge-se o Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandista, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de Pernambuco, através de seus advogados, por meio da presente ação rescisória, contra o acórdão da 4ª Câmara Cível proferido no julgamento da apelação cível de nº 8745-6, que negou provimento ao apelo, mantendo incólume a sentença proferida na Ação Originária, cujo feito tramitou originariamente perante a Comarca de Caruaru, baseando sua irresignação no inciso V do artigo 485 do CPC.

Alega o autor, em síntese, que deve ser anulado o acórdão proferido na apelação cível de nº 8745-6, vez que ocorreu violação a diversos dispositivos legais e constitucionais, não sendo aceitável o julgamento efetivado, e, por conseguinte, seja modificado o acórdão prolatado no apelo em comento.

Destaca também, que a presente ação rescisória se funda no inciso V do artigo 485 do CPC, vez que houve afronta a Constituição e a legislação aplicável a demanda, além do mais, não pode existir mais de um sindicato na mesma área, aliás, não pode ser limitado o conceito de unicidade em relação a um simples município.

Requer o autor o acolhimento da rescisória e pede seja impedido o registro do estatuto do Sindicato réu, de forma a prevalecer os seus registro e autonomia perante todo o Estado de Pernambuco.

O Sindicato réu foi citado, não tendo oferecido contestação, conforme certificado pela Diretoria Cível em 14 de fevereiro de 2003, às fls. 228, embora apareça anexada na contra-capa dos autos uma petição denominada de contestação, data da de 13 de setembro de 2002, desprovida de comprovação de entrega ou protocolização da referida contestação, enquanto a citação operou-se no dia 08 de outubro de 2002, veja certidão de fls. 225.

Houve intimação para as partes manifestarem-se sobre a produção de provas e a ré nada respondeu, embora ao ser intimada para oferecer razões finais ratificou os termos de sua suposta contestação.

Através do parecer lançado às fls. 235/238, a Douta Procuradoria de Justiça, afirma, preliminarmente, que é tempestiva a presente ação e é válida a

204

representação judicial do autor, e, no mérito, que não se afiguram provas que amparam as alegações da autora, opinando pela improcedência da ação, com base na inexistência de ofensa a literal disposição de lei.

De resto, o autor apresentou suas razões finais em forma de memoriais (fls. 254/256), enquanto o réu apresentou suas alegações derradeiras às fls. 258, reiterando o que foi dito na contestação intentada, repito.

262/10

É o relatório.

À Douta Revisão,

Recife,

28/8/2009  
  
Des. Silvio de Arruda Beltrão  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete Des. Sílvia de Arruda Beltrão**  
**1º Grupo de Câmaras Cíveis**

**Ação Rescisória: 80141-0 - Comarca: Recife**

**Autor: Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandista, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de Pernambuco**

**Réu: Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandista, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos de Caruaru**

**Relator: Des. Sílvia de Arruda Beltrão**

**VOTO DO RELATOR**

Insurge-se o Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandista, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de Pernambuco, através de seus advogados, por meio da presente ação rescisória, contra o acórdão da 4ª Câmara Cível proferido no julgamento da apelação cível de nº 8745-6, que negou provimento ao apelo, mantendo incólume a sentença proferida na Ação Originária, cujo feito tramitou originariamente perante a Comarca de Caruaru, baseando sua irresignação no inciso V, do artigo 485, do CPC.

O réu não ofereceu contestação, pois a petição anexada aos autos não traz qualquer prova de sua apresentação tempestiva.

O Ministério Público debateu sobre duas questões preliminares na presente Ação Rescisória, em seu parecer de fls. 235/238, relacionadas a tempestividade e a regularidade da representação judicial dos autores, entretanto, tais questões não foram abordadas em nenhum momento pelo Sindicato réu, ou seja, não devem ser conhecidas por esta Egrégia Corte, e se forem, deve a ação rescisória ser tida como tempestiva, vez que intentada no prazo legal bem como regular a representação do Sindicato autor, vez que a procuração de fls. 16 dos presentes autos foi outorgada de maneira correta aos advogados dos autores.

Da análise dos autos não vejo como prosperar a pretensão do Autor, senão vejamos:

Afirma o autor que o acórdão proferido pela 4ª Câmara Cível na apelação cível combatida deve ser anulado, vez que os argumentos apontados pelo Desembargador Relator e o Douto Procurador de Justiça não estão em congruência com os elementos contidos nos autos, ao revés, o decisório proferido é contrário a legislação aplicável a demanda, pois não feria respeitado o disposto no inciso II do artigo 8º da CF e os artigos 516 e 517 da CLT.

Denote-se que as provas apresentadas na presente ação rescisória não oportunizam a modificação do **decisum** prolatado na Apelação Cível 8745-6, pois do contrário estar-se-ia indo de encontro a legislação aplicável a espécie, vez que esclarece que a ação em comento é cabível quando há violação a algum dos incisos do artigo 485 do CPC, o que não se evidencia no caso, vez que os autores apenas demonstram um mero inconformismo na valoração das provas.

Observe-se ainda, na discussão em epígrafe, que o Supremo Tribunal Federal analisou o aspecto referente ao inciso II do artigo 8º da Constituição Brasileira, esclarecendo que é cabível no presente caso, portanto, não pode ser aceita a presente ação rescisória diante da inexistência de qualquer violação a literal dispositivo de lei.

No tocante a obrigatoriedade de rescisão da sentença quando baseada em violação a literal dispositivo de lei, constato que o posicionamento pacificado na jurisprudência brasileira é no sentido de ser sim rescindida tal decisão viciada, entretanto, tal fato não se comprovou no presente caso, ao revés, os dispositivos legais que abalizaram o julgamento de 2º grau não demonstraram qualquer vício nem tampouco foi comprovada qualquer irregularidade quanto aos elementos probatórios nos presentes autos, o que impede a modificação do **decisum**. Transcrevo a seguir julgados dessa Colenda Corte e do STJ a respeito da afirmativa de provas falsas:

**EMENTA: RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE - ALIMENTOS - DECISÃO IMPUGNADA POR RESCISÓRIA - TRANSITO EM JULGADO FORMAL - CARÊNCIA DE AÇÃO - VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 485, V E 535, II E 7º DA LEI 8.560/92 - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.**

1 - A ação rescisória visa desconstituir sentença que extinguiu o processo com julgamento de mérito, desde que transitada em julgado, quando presentes pelo menos um das hipóteses previstas nos incisos do art. 485, do CPC. Assim sendo, a existência de sentença de mérito, bem como o trânsito em julgado são requisitos essenciais para o ajuizamento da ação rescisória. Na falta de um desses pressupostos, pois, não há que ser admitida a ação por falta de interesse de agir.

2 - A sentença que condena à prestação de alimentos não está envolvida pelo manto da coisa julgada material, vale dizer, não possui a qualidade de imutabilidade que se agrega ao comando da sentença de mérito já não mais sujeita a qualquer impugnação recursal, vez que pode ser revista a qualquer tempo, se houver modificação na situação financeira das partes.

3 - Ademais, conforme pacífica jurisprudência desta Corte, para que a rescisória calcada no inciso V do art. 485, do CPC, prospere, é necessário que a interpretação dada pelo **decisum** rescindendo seja de tal modo aberrante que viole o dispositivo legal em sua literalidade (c.f. AR 464/RJ, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, DJ de 19/12/03), o que não ocorre no caso. Não há falar, pois, em vulneração ao referido dispositivo infraconstitucional.

207  
275  
2

4 - De outro vértice, no que concerne a alegada violação ao art. 535, II, do CPC, verifico que a matéria foi devidamente abordada e rechaçada, não havendo omissão. Como bem consignado no acórdão dos aclaratórios, pretendia o recorrente, na realidade, conferir caráter infringente ao julgado, o que, na esteira de sólida jurisprudência, somente encontra guarida na via da excepcionalidade. Não vislumbro, portanto, qualquer ofensa ao art. 535, II, do CPC.

5 - No que se refere à alegada violação ao art. 7º, da Lei 8.560/92, o recurso não merece melhor sorte. A interpretação dada pelo recorrente – distante de ideal exegese – difere em muito da orientação seguida por esta Corte. Neste Sodalício, perfilhou-se o entendimento de que “a sentença de procedência da ação de investigação de paternidade pode condenar o réu em alimentos provisionais ou definitivos, independentemente de pedido expresso na inicial.” (v.g. Resp 257.885/RS, Rel. Min. RUY ROSADO DE AGUIAR, DJ de 06/11/2000)

6 - Por fim, no que concerne ao dissídio jurisprudencial, verifico que conquanto tenha sido comprovada, exclusivamente, a divergência, no que tange ao cabimento de ação rescisória para desconstituir sentença que condena à prestação de alimentos, entendo, com espeque nas considerações expendidas, que o v. acórdão deve ser mantido.

7 - No mais, impõe salientar que esta Corte tem entendido, reiteradamente, que, a teor do art. 255 e parágrafos, do RISTJ, para a comprovação e apreciação do dissídio jurisprudencial, devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, bem como juntadas cópias integrais de tais julgados ou, ainda, citado repositório oficial de jurisprudência.

8 - Recurso conhecido apenas no que tange a divergência quanto ao cabimento da ação rescisória para desconstituir sentença que condena prestação de alimentos e, neste aspecto, desprovido.

(Processo: REsp 488512/MG Recurso Especial 2002/0165730-0; Relator: Ministro Jorge Scartezzini; Órgão Julgador: T4 – Quarta Turma; Data do Julgamento: 16/09/2004; Data da Publicação/Fonte: DJ 06/12/2004 p. 318).

“Para ser julgado procedente, o pedido rescindendo deduzido em ação rescisória fulcrada no inc.V do art. 485 do CPC depende, necessariamente, da existência de violação, pelo v. acórdão rescindendo, a literal disposição de lei. A afronta deve ser direta -- contra a literalidade da norma jurídica -- e não deduzível a partir de interpretações possíveis, restritivas ou extensivas, ou mesmo integração analógica”. (STJ – 2ª Seção, AR 720 – PR – El, rel. Min. Nancy Andrighi, j. 9.10.02, rejeitam os embs., v.u., DJU 17.2.03, p. 214).

208  
276  
2

Ora, é latente a obrigatoriedade de ser rescindida a sentença quando cívica de vícios, comprovados com a documentação juntada aos autos, entretanto, quando essa pretensão não resta evidenciada durante o trâmite processual, torna-se impossível a alteração da decisão vergastada, devendo, dessa forma, ser mantida em sua integralidade, principalmente quando o STF abordou o tema e julgou que o dispositivo legal apontado como desrespeitado serviu de sustentáculo para o decisório combatido.

Assim, diante dos elementos apresentados na demanda em discussão e dos julgados colacionados acima, concluo que não é possível a rescisão do acórdão prolatado pela 4ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal quando a apontada violação a literal dispositivo de lei que teria dado azo a prolação da decisão combatida não ficou caracterizada nem tampouco quaisquer dos outros requisitos apontados na exordial, referentes ao artigo 485 do Digesto Processual Civil pátrio.

É significativo ressaltar, por derradeiro, que a Douta Procuradoria de Justiça, em seu parecer, opinou pela improcedência da presente ação.

Ante o exposto e não havendo o Sindicato autor comprovado qualquer violação a literal dispositivo de lei, nem qualquer violação ao inciso V do artigo 485 do Código de Processo Civil, **VOTO PELA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO RESCISÓRIA em tela**, mantendo incólume o acórdão combatido, condenando ainda o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, bem como determino a liberação do depósito recursal em favor da parte ré.

É como voto.

Recife,

  
Des. Silvio de Arruda Beltrão  
Relator





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

18 209  
277  
L

**AÇÃO RESCISÓRIA Nº 0080141-0**

**AUTOR:** SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTA, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

**RÉU:** SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTA, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DE CARUARU - PERNAMBUCO

**RELATOR:** DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

**REVISOR:** DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

**ÓRGÃO JULGADOR:** 1º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

**VOTO DE REVISÃO**

Cuida-se de Ação Rescisória proposta pelo Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandista, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Estado de Pernambuco, com fundamento no inciso V, do artigo 485, do CPC, com o objetivo de desconstituir o acórdão proferido pela 4ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal no s autos da Apelação Cível nº 8745-6, sob o argumento de que tal Decisão violou literal dispositivo de lei.

Argumenta que a violação ocorreu em face do artigo 8, inciso II, da Constituição Federal/88 e dos artigos 516 e 517 da CLT.

*Claro* Aduz, em síntese, que o já citado acórdão ao não proibir a formalização do Sindicato demandado, violou os dispositivos legais acima, uma vez que os mesmos defendem o princípio da unicidade sindical irrestrita numa mesma base territorial, devendo ser considerada como base territorial mínima, os Estados federados e não os municípios.

O Parecer Ministerial (fls. 235/238) opinou pela rejeição de duas preliminares, sendo uma de Irregularidade na Representação Judicial do Sindicato autor e a outra relativa a Tempestividade da presente Ação.

No mérito, opinou pela improcedência do pedido, no sentido da manutenção do acórdão atacado.

Inicialmente, com a devida vênia, analisando os autos, não encontrei a origem das preliminares tratadas e rejeitadas pelo Órgão Ministerial em seu Parecer de fls. 235/238, razão pela qual entendo que a mesmas não merecem ser conhecidas. Entretanto, caso assim não entenda este órgão julgador, tenho que está patente a tempestividade da presente Ação Rescisória, como também a regularidade de representação do Sindicato autor.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

210  
278  
L

Meritoriamente, sem muitas delongas, tenho que não merece prosperar a pretensão do Sindicato autor nesta Ação, uma vez que, excluindo as suas argumentações, que apenas refletem o seu inconformismo com o próprio mérito do acórdão rescindendo, não produziu nenhuma prova capaz de demonstrar a sua alegação de violação a literal dispositivo legal, nem mesmo jurisprudência a cerca do tema foi colacionada, restando caracterizado a sua intenção de rediscutir a matéria, o que não é possível por esta via eleita.

Decisão contrária aos interesses da parte não configura violação literal a dispositivo legal.

O acórdão rescindendo, longe de desrespeitar o sistema legal regente da matéria, dirimiu a controvérsia, em consonância com a jurisprudência do nosso Pretório Excelso, a época já assentada e, ainda hoje vigorante. Senão vejamos.

*OLE*

**EMENTA: I. Sindicato: unicidade e desmembramento. 1. O princípio da unicidade sindical (CF, art. 8º, II, da Constituição) não garante por si só ao sindicato a intangibilidade de sua base territorial: ao contrário, a jurisprudência do STF está consolidada no sentido da legitimidade constitucional do desmembramento territorial de um sindicato para constituir outro, por deliberação dos partícipes da fundação deste, desde que o território de ambos não se reduza a área inferior à de um município (v.g., MS 21.080, Rezek, DJ 1º.10.93; RE 191.231, Pertence, DJ 06.08.99; RE 153.534; Velloso, DJ 11.06.99; AgRgRE 207.910, Maurício, DJ 4.12.98; RE 207.780, Galvão, DJ 17.10.97; RE 180222, Galvão, DJ 29.08.00). 2. No caso, o Tribunal a quo assentou que não houve superposição sindical total, mas apenas um desmembramento que originou novas organizações sindicais regionais cuja área de atuação é menor do que a do agravante, o que não ofende a garantia constitucional da unicidade. II. Recurso extraordinário: descabimento: ausência de prequestionamento do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal: incidência das Súmulas 282 e 356. (RE 154250 AgR, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 15/05/2007, DJe-032 DIVULG 06-06-2007 PUBLIC 08-06-2007 DJ 08-06-2007 PP-00035 EMENT VOL-02279-04 PP-00756)**

Desta forma, não restando caracterizada a violação literal a dispositivo legal, invocada pela parte autora, só resta a improcedência da Ação Rescisória.

**AÇÃO RECISÓRIA. INCS. V e IX E §§ 1º E 2º DO ART. 485 DO CPC. ERRO DE FATO. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO LITERAL DE DISPOSITIVO DE LEI NÃO DEMONSTRADA. IMPROCEDÊNCIA.**

**1. Omissis.**

**2. Os dispositivos legais foram adequadamente abordados no acórdão rescindendo, o que impõe o óbice do § 2.º do art. 485 do CPC.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

200  
279  
L

**3. Indispensável que a decisão rescindenda seja manifestamente contrária a norma legal apontada, gerando imperfeição da decisão de mérito que, por esse motivo, não pode subsistir.**

**4. Permissivos processuais não demonstrados pelo autor, o que impõe a improcedência da presente ação rescisória.**  
(AR 1470, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2006, DJ 22-09-2006 PP-00028 EMENT VOL-02248-01 PP-00146 LEXSTF v. 28, n. 335, 2006, p. 76-87)

Pelas razões e fundamentação acima esposadas, VOTO pelo conhecimento e pela IMPROCEDÊNCIA da presente Ação Rescisória, para manter, na íntegra o acórdão atacado, condenando o Sindicato autor ao pagamento da custas processuais e dos honorários advocatícios a serem fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife, 09 de dezembro de 2009

  
**JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
- Desembargador Revisor -